



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 65
Proc.: 4371/13

Rubrica

PROCESSO Nº 4.371/2013

ÓRGÃO DE ORIGEM: Tribunal de Contas do DF – TCDF.

INTERESSADO: Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF.

ASSUNTO: **Representação.**

EMENTA: Representação nº 02/2013 – CF acerca de possível pagamento irregular de Adicional por Tempo de Serviço – ATS a servidores somente ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública, em face da nova redação estabelecida no art. 88 da Lei Complementar nº 840/2011.

Procedência.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Representação nº 02/2013-CF (fls. 02/05), oferecida pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, acerca de possível pagamento irregular de Adicional por Tempo de Serviço – ATS a servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública, nos termos mencionados na ementa.

2. Por meio da Decisão nº 220/2013 (fl. 14), esta Corte deliberou por:

I – conhecer da Representação 02/2013 – CF (fls. 02/05); II – indeferir a cautelar requerida, uma vez que não se encontra presente o requisito do "periculum in mora", dando ciência desta



deliberação à representante; III – autorizar a devolução dos autos à Sefipe, para a adoção das providências de sua alçada.

3. Inicialmente, cumpre destacar que, conforme determinado no Despacho Singular nº 083/2013 – GC/PT (fl. 57), juntou-se ao presente feito cópia do inteiro teor dos Processos Administrativos nºs 18585/2012 e 18593/2012, nos termos do Termo de Juntada de fl. 58.

4. A douta representante do *Parquet* assevera que “*tendo em vista a novel legislação aplicável à espécie, é inequívoco que o pretérito entendimento não deve mais prosperar*”. Defende que “*agora não restam mais dúvidas quanto ao conteúdo do comando legal a ser aplicado, qual seja, **artigo 88 da LC nº 840/2011. Clara e cristalina é sua redação, estabelecendo que o mesmo é devido à razão de um por cento sobre o vencimento básico do cargo de provimento efetivo.***”

5. Ressalte-se que a matéria ora em análise já foi objeto de debate neste Tribunal, em face da legislação anterior à LC nº 840/2011. Por meio da Decisão Administrativa nº 13/94 foi reconhecida como legal a concessão do adicional por tempo de serviço aos ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, sem vínculo efetivo.

6. A Decisão Administrativa nº 13/94 retro teve por fundamento a Lei nº 8112/90 (vigente à época por força da Lei nº 197/91), que não era suficientemente clara no tocante à concessão do adicional em apreço, afirmando ser o mesmo calculado “*à razão de 1% (um por cento) por ano de **serviço público efetivo***”. (grifei)

7. À época, o ilustre Relator Conselheiro Jorge Caetano fundamentou seu voto no sentido de que os citados dispositivos legais não poderiam ser interpretados de forma restritiva ao pagamento de anuênios, tendo em vista que tanto o servidor ocupante de cargo efetivo, quanto aquele investido exclusivamente em cargo em comissão prestam serviço público.

8. Com a chegada da EC nº 20/98, esta c. Corte de Contas, na Decisão nº 1839/07, em sede de controle externo, considerou ilegal o aproveitamento do tempo exercido exclusivamente em cargo em comissão para fins do citado adicional, quando no exercício de cargo efetivo, afirmando que “*o tempo averbado, resultante do exercício de cargos em comissão sem vínculo efetivo, não é aproveitável para fins de adicionais, pois ligado ao regime geral de previdência...*”, fazendo referência ao art. 40, § 13, da Constituição Federal (EC nº 20/98).

9. Posteriormente, por meio da Decisão nº 3811/2012, este e. Tribunal entendeu possível a contagem, para fins de percebimento do adicional por tempo de serviço, de período laborado em empresas públicas e sociedades de economia mista



locais até o advento da Lei nº 1864/98, que, em seu art. 1º, restringiu a contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos, apenas no tocante às atividades desempenhadas na Administração Direta, Autárquica e Fundacional local, incluídos o Tribunal de Contas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

10. Note-se que, com o advento da LC nº 840/2011, que revogou o art. 1º da Lei nº 1864/98 e que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, incluídos os servidores dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, restou-se superada a falta de clareza da antiga norma de regência, conforme art. 88 do citado diploma legal, *in verbis*:

Art. 88. *O adicional por tempo de serviço é devido à razão de um por cento sobre o vencimento básico do cargo de provimento efetivo por ano de efetivo serviço.*

Parágrafo único. *O adicional de tempo de serviço é devido a partir do mês em que o servidor completar o anuênio. (grifei)*

11. Observe-se que o legislador optou por conceder o adicional por tempo de serviço apenas aos ocupantes de cargo de provimento efetivo, não havendo mais que se falar em omissão ou falta de clareza do texto legal, uma vez que deixou explícita sua vontade.

12. Por relevante, cumpre colacionar o art. 4º da LC nº 840/2011, cujo conteúdo já se fazia presente na Lei nº 8112/90, em seu art. 10:

Art. 4º *A investidura em cargo de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público.*

13. Destarte, quando a novel norma estabelece que o adicional por tempo de serviço seja devido à razão de 1% (um por cento) sobre o vencimento básico do cargo de provimento efetivo, está vinculando tal benefício à condição estabelecida em seu art. 4º, qual seja, prévia aprovação em concurso público, situação na qual não se enquadra o servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, **sem vínculo efetivo**.

14. O Tribunal de Contas da União tem se posicionado pela impossibilidade da concessão do adicional por tempo de serviço por exercício exclusivo de cargo em comissão:

14.1. **Decisão 308/95 – Plenário:**

Decisão:



O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE conhecer da presente consulta nos termos regimentais, para responder ao órgão consulente:

- 1. que o tempo de serviço prestado pelo servidor somente no exercício de cargo em comissão, sem vínculo efetivo, não é computável para efeito de adicionais por tempo de serviço - (anuênios), qualquer que seja sua natureza jurídica (Estatutária ou Celetista); e*
- 2. que somente a partir do momento em que o servidor se tornar titular de cargo de provimento efetivo, iniciar-se-á a contagem do tempo de serviço prestado, para os efeitos aqui perquiridos (Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, atuais Anuênios), desprezando-se para esse fim o tempo de serviço prestado antes da sua posse em cargo efetivo.*

14.2. Decisão 747/1998 – Plenário:

Decisão:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso XVII e § 2º, da Lei nº 8.443/92, 1º, inciso XXIII, e 216 do Regimento Interno, conhecer da presente consulta, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade;

8.2. responder à autoridade consulente que:

8.2.1. após a edição da Lei Complementar nº 75/93, os membros do Ministério Público da União, regidos pela mencionada Lei, e que exerceram cargos em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, não fazem jus, sobre esse tempo, ao adicional por tempo de serviço, haja vista que tal adicional é devido exclusivamente por ano de serviço público efetivo, nos termos do art. 224, § 1º, daquela Lei Complementar;

8.2.2. o referido tempo será computado para fins de aposentadoria;

14.3. Acórdão nº 575/2006 – Plenário:



ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 - conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso II, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente, tendo em vista a falta de amparo legal para o pagamento da Gratificação Adicional por Tempo de Serviço e da incorporação de quintos/décimos do tempo de serviço prestado ao Governo do Distrito Federal e à Embratur, no exercício de funções comissionadas, sem vínculo efetivo com a Administração Pública, nos períodos de 12/07/1989 a 26/03/1992 e 27/03/1992 a 01/07/1994, respectivamente;

9.2 - determinar ao Senado Federal que:

9.2.1 - adote providências no sentido de suspender o pagamento das parcelas referentes à incorporação de quintos/décimos e Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (anuênio) concedida ao servidor (...), em decorrência do serviço prestado ao Governo do Distrito Federal e à Embratur, ante a falta de amparo legal;

9.2.2 - abstenha-se de conceder a outros servidores a incorporação de quintos/décimos e a gratificação de adicional de tempo de serviço em desacordo com a legislação aplicada à matéria e com as decisões deste Tribunal;

15. Ainda, no tocante a possíveis entendimentos divergentes com base na Lei nº 4356/2009, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências, cabe salientar que a citada lei, em seu art. 10, diferencia os cargos de provimento efetivo dos cargos em comissão, para efeitos remuneratórios:

Art. 10. A estrutura de remuneração do PCCR dos Serviços Auxiliares do TCDF é composta pela:

*I – remuneração dos **cargos de provimento efetivo**;*

*II – remuneração dos **cargos em comissão**, formada pelas parcelas de vencimento básico e representação mensal;*

III – gratificação recebida em decorrência do exercício de funções de confiança. [grifei]



16. Já em seu art. 11 informa a estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Controle Externo, remetendo o disciplinamento da questão ora em análise à lei de regência, no presente caso a LC nº 840/2011:

Art. 11. A remuneração dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Controle Externo é formada pelas seguintes parcelas:

I – vencimento básico;

II – Gratificação de Atividade da Carreira de Controle Externo – GACE;

III – Adicional de Qualificação – AQ;

IV – vantagens pessoais nominalmente identificadas;

*V – vantagens pessoais, gratificações e **adicionais estabelecidos em lei.*** [grifei]

17. Percebe-se que o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações deste Tribunal e o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal não são incompatíveis, mas complementares.

18. Dessa forma, constata-se que a concessão de ATS a servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública, não encontra qualquer respaldo legal, sendo vedado o aproveitamento de tal tempo para fins do citado adicional, motivo pelo qual entendemos ser procedente a Representação em apreço.

19. Ademais, em pesquisa realizada junto ao SIGRH e à Câmara Legislativa, não se observou qualquer percepção de valores referentes ao adicional por tempo de serviço por ocupantes de cargos exclusivamente em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública. Quanto a este Tribunal, houve, inicialmente, a referida concessão, apesar de atualmente as mesmas estarem suspensas, conforme informações extraídas dos Processos nºs 18595/2012 e 18585/2012.

20. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:

- I. considerar procedente a Representação nº 02/2013-CF (fls. 02/05), oferecida pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- II. considerar indevida, nos termos do art. 88 da LC nº 840/2011, a concessão, a majoração ou o pagamento do adicional por tempo de serviço - ATS para os ocupantes de cargos exclusivamente em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 65
Proc.: 4371/13

Rubrica

comissão, sem vínculo efetivo com o serviço público, sendo vedado o aproveitamento de tal tempo para fins do citado adicional;

- III. dar ciência à douta representante do MPJTCDF do teor da decisão que vier a ser proferida no presente feito;
- IV. autorizar o arquivamento dos autos.

À consideração superior.

Brasília, 05 de fevereiro de 2013.

Hugo Mesquita Póvoa
Auditor de Controle Externo
Matr. nº 1417-9